

**CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA - MG**

RUA PADRE NATUZZI, 79 - CENTRO  
 CNPJ: 03.644.213/0001-44 Telefone: 35 3261-1891

**ORDEM DE PAGAMENTO 5**

**EMPENHO20 / GLOBAL**

**DOTAÇÃO: 19**

O PRESIDENTE, para efeito da Execução Orçamentária nos termos da legislação vigente, determina que seja Pago, em 2018 o valor abaixo.

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO  
 Unidade: 02 DEPTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
 Sub-Unidade: 01 SERVICO DE CONTABILIDADE  
 Função: 01 LEGISLATIVA  
 Sub-Função: 031 AÉAO LEGISLATIVA  
 Programa: 0001 ACAO LEGISLATIVA  
 Projeto/Atividade: 2.006 **MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATICA**  
 Categoria Econômica: 3000.00.00 **DESPESAS CORRENTES**  
 Sub-Categoria Econômica: 3300.00.00 **OUTRAS DESPESAS CORRENTES**  
 Modalidade de Aplicação: 3390.00.00 **APLICAÇÕES DIRETAS**  
 Elemento: 3390.39.00 **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**  
 Sub-Elemento: 3390.39.08 **MANUTENÇÃO DE SOFTWARE**

Fonte de Recurso: 100.99 Recursos Ordinários

Favorecido: 177 - DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI CPF/CNP. 22.493.902/0001-40  
 Endereço: RUA SALOME LEITE ALVARENGA, 86 Bairro: VILA VERONICA  
 Município: 37026-480 VARGINHA UF: MG

**Especificação dos Materiais ou Serviços**

53 - DESP. LOCAÇÃO SISTEMAS INFORMATICA  
 CONTRATO FIRMADO OBJETIVANDO MANUTENÇÃO MENSAL DO SFTWARE DA CONTABILIDADE PÚBLICA, TESOURARIA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - IMAQ;  
 PORTAL DA TRANSPARENCIA, HPCP DENTRO DA LEI DE ACESSO A INFORAMÇÃO, MUNICIPAL NTE;  
 GESTÃO DE SUPRIMENTOS, COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS, IMAQ;  
 GESTÃO DO PATRIMONIO E FROTA, IMAQ;  
 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS COM FOLHA DE PAGAMENTO E ESOCIAL, SENIOR RUBI;  
 GESTÃO DE PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL, LANCER LEGISLADOR;  
 ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE WEBSITE, LANCER LEGISLADOR WEB.

Valor: 2.561,00 (Dois Mil Quinhentos e Sessenta e Um Reais)

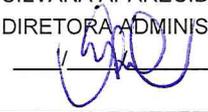
O.P. em 20/02/2018 Ordenador da Despesa: LEANDRO PROCK VALÉRIO

**Demonstração do Pagamento**

Empenho Bruto:	28.600,00	Valor Desta OP:	2.600,00
Desconto:	78,00	Desconto Desta OP:	39,00
Empenho Líquido:	28.522,00	Valor Líquido OP:	2.561,00
Pago/Anulado/OP:	0,00	Saldo a Lançar:	26.000,00
Desconto: Pago/Anulado/OP:	0,00	Desconto a Lançar:	39,00

**Rateio do Desconto**

Orçamentária	Valor	Extraorçamentária	Valor
		14 - IRRF - PESSOA JURIDICA	39,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>Total</b>	<b>39,00</b>

Licitação: PREGÃO	Número: 3	SILVANA APARECIDA DOMINGUES ARANTES
Data: 01/12/2017	Data:	DIRETORA ADMINISTRAT. E FINANC.
Processo: 4		

**Liquidação Parcial**

A Liquidação da Despesa descrita nesta ORDEM DE PAGAMENTO procedeu-se com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou serviço.

Data: 22/02/18 Assinatura: ANA PAULA ALVES FONSECA ARAUJO

**Autorização de Pagamento Parcial do Empenho Na TESOURARIA**

Face a Liquidação da Despesa acima processada, autorizo o Pagamento deste valor ao Favorecido ou ao seu Procurador devidamente documentado.

Data: 22/02/18 Assinante: LEANDRO PROCK VALERIO

**CONTROLE INTERNO**  
 Examinamos o processo da Despesa em conformidade com as disposições Legais que normatizam seu processamento.  
 Presidente do Controle Interno

**PAGO EM**  
 22 fev. 2018  
**BANCO DO BRASIL CAMPANHA-MG**

**CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA - MG**

RUA PADRE NATUZZI, 79 - CENTRO

CNPJ: 03.644.213/0001-44 Telefone: 35 3261-1891

ORDEM DE PAGAMENTO 5

EMPENHO20 / GLOBAL

DOTAÇÃO: 19

**Recibo**

Recebi em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, da(o) CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA, o valor líquido acima mencionado referente a Despesa com materiais ou serviços acima especificados, para o qual dou quitação, para um só efeito.

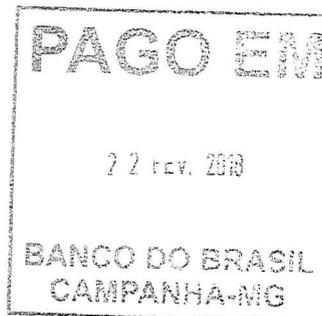
Nome: \_\_\_\_\_

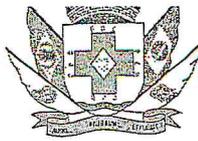
Assinatura:

Banco / Agência / Conta / INFORMADO

001 / 1711-6 / 16322-8 / 0000000001

Documento (Tipo / Número) Recurso





CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG  
“Terra do cientista Vital Brazil”

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A CÂMARA MUNICIPAL DE  
CAMPANHA /MG, E A EMPRESA  
DIRETRIZ INFORMÁTICA EIRELI.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPANHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.644.213/0001-44, com a sede na Rua Padre Natuzzi, no 79, centro - Campanha/MG, CEP nº 37400-000, aqui representada pelo Presidente, Sr. Leandro Prock Valério, portador da cédula de identidade nº MG 10.662.676, SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 036.488.286-73, denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa DIRETRIZ INFORMÁTICA EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 22.493.902/0001-40, com sede na Rua Salomé Leite Varenda, nº 86, Bairro Vila Veronica, CEP Nº 37.026-480, representada neste ato pelo Sr. Ludmar Sant'Anna de Paiva, portador da cédula de identidade nº 4.802.506 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 399.737.358-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente do *Pregão Presencial nº 03/2017 – Processo nº 04/2017*, que reger-se-á, pelo disposto na Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal 8.666/93 e suas modificações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**1 – DO PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO**

1.1 – Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL número 03/2017, regido pela Lei Federal 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei 8666/93 em sua redação vigente.

**2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação: 01.02.01.01.31.01.33903900, Ficha 26, e dotações correspondentes aos exercícios posteriores.

**3 – DO OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa apta a prestar os serviços de Manutenção Mensal e Suporte Técnico Especializado sobre os sistemas informatizados legislativos cuja versão executável em caráter definitivo já é de propriedade da Câmara Municipal, complementado com consultoria especializada e suporte local ou remoto, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas.

**4 – DOS VALORES E DOS PRAZOS**

4.1 – A CONTRATANTE compromete-se a pagar pela Manutenção Mensal e pelos serviços de consultoria e assessoria técnica, deslocamento e diária e ACESSO REMOTO quando utilizados os valores a baixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	-----	------	----------------	-------------

PAGO  
22 FEV. 2018  
BANCO DO BRASIL  
CAMPANHA MG



CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG  
“Terra do cientista Vital Brazil”

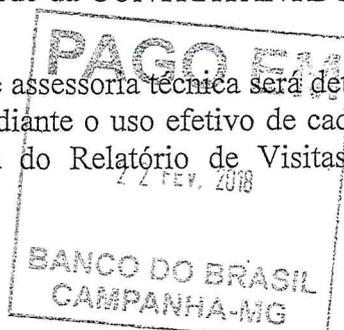
01	MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE PARA GESTÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	MÊS	12	R\$ 529,00	R\$ 6.348,00
02	MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE PARA PUBLICAÇÃO DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, HPCP DENTRO DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO	MÊS	12	R\$ 417,00	R\$ 5.004,00
03	MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE PARA GESTÃO DE SUPRIMENTOS, COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS.	MÊS	12	R\$ 205,00	R\$ 2.460,00
04	MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO E FROTA.	MÊS	12	R\$ 122,00	R\$ 1.464,00
05	MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS COM FOLHA DE PAGAMENTO E ESOCIAL.	MÊS	12	R\$ 331,00	R\$ 3.972,00
06	MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE GESTÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	MÊS	12	R\$ 639,00	R\$ 7.668,00
07	MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE PARA ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE WEBSITE.	MÊS	12	R\$ 357,00	R\$ 4.284,00
08	CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL E REMOTO, DESLOCAMENTO E TREINAMENTO.	HORA	120	R\$ 102,00	R\$ 12.240,00
				<b>VALOR GLOBAL:</b>	<b>R\$ 43.440,00</b>

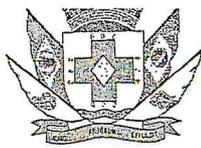
4.2 - O valor da Manutenção Mensal dos Sistemas será o obtido através do somatório dos itens “1 até 7” da tabela acima, cujo faturamento se dará em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, pagas até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, compreendida nesse período a fase de ateste da Nota Fiscal/Fatura, mediante cheque nominal à contratada ou por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes. A contratada deverá enviar juntamente com as notas fiscais as certidões negativas do INSS e FGTS, obrigatoriamente.

4.2 – O deslocamento da CONTRATADA, quando trabalhando na sede da CONTRATANTE, será faturado em horas.

4.2.1 Para toda ida de um consultor a sede da CONTRATANTE será acrescido 1:00 hora de deslocamento.

4.3 - O valor da hora para consultoria e assessoria técnica será determinado pelo item “8” da tabela acima, cujo faturamento será mediante o uso efetivo de cada hora, sendo a pagas em até 20 (vinte) dias após a assinatura do Relatório de Visitas e apresentação da Nota Fiscal/Fatura.





CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG  
“Terra do cientista Vital Brazil”

**5 – DO ACESSO REMOTO E DOS SISTEMAS WEB**

5.1 – É o atendimento que o técnico da CONTRATADA executa através da CONEXÃO, via o software específico de Acesso Remoto, com o computador servidor ou estação de trabalho da CONTRATANTE.

5.2 – Será utilizado, única e exclusivamente com a solicitação e aprovação da CONTRATANTE, depois de esgotada a alternativa de solução de qualquer chamado da CONTRATANTE via telefone ou internet, para evitar o deslocamento até a sede da CONTRATANTE.

5.3 – A CONTRATANTE poderá acompanhar a execução de todos os trabalhos do técnico através do seu próprio monitor, ficando sob a responsabilidade da CONTRATANTE, AUTORIZAR o acesso remoto, formalmente via e-mail ou mensagem instantânea ou ofício, iniciar, acompanhar, interromper e encerrar cada CONEXÃO. Todo investimento na contratação e manutenção do software específico de ACESSO REMOTO é de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4 – O horário para a prestação dos serviços de ACESSO REMOTO será das 08:30 às 17:30 horas, em dias úteis, de segunda a sexta feira. Qualquer atendimento, fora destes dias e deste horário, terá um acréscimo no valor contratual.

5.6 – Todos os atendimentos, efetuados via ACESSO REMOTO, também terão os respectivos relatórios de atendimento.

5.7 – Para que a Lei 9.755 de 16/12/1998, a Lei Complementar 131 de 27/05/2009 e o Decreto 7.507 de 27/06/2011, sejam plenamente obedecidos e a transparência das contas públicas esteja assegurada, tornou-se realmente obrigatória a não paralisação dos processamentos dos dados e dos serviços de informática nos Órgãos Públicos do Brasil.

5.8 – Para que a Lei 9.755 de 16/12/1998, a Lei Complementar 131 de 27/05/2009 e o Decreto 7.507 de 27/06/2011, sejam plenamente obedecidos são necessários sistemas informatizados para GERAR os dados e sistemas informatizados para PUBLICAR os dados na WEB.

5.9 – Além do uso de sistemas eficientes e eficazes, é fundamental adotar o ACESSO REMOTO e ampliar as alternativas da garantia de CONTINUIDADE do processamento informatizado das operações diárias, independentemente do que ocorra com a produtora, revenda ou com a empresa contratada, responsáveis pela prestação de serviços de informática relacionados aos sistemas informatizados e, mais especificamente, aos sistemas da contabilidade pública.





CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG  
“Terra do cientista Vital Brazil”

**6 – DA CONCEITUAÇÃO**

6.1 – Sistema (Software ou programa) é o conjunto de instruções em linguagem natural ou codificada escritas em meio magnético, legível por computador, com as funções de fazê-lo funcionar, de solucionar problemas e gerar informações.

**7 – DA LICENÇA DE USO**

7.1 – A Licença de Uso de cada Sistema é o direito objetivo que tem a CONTRATANTE de uso e gozo da Versão executável do Sistema, sem o caráter de exclusividade e por tempo indeterminado, já que a licença de uso da versão executável dos sistemas foi comprada.

7.2 – Ocorrendo o lançamento de um novo sistema, pela CONTRATADA, o qual tecnologicamente e/ou legalmente apresente evolução significativa em relação ao sistema contratado e em operação normal, a qualquer instante, o CLIENTE/CONTRATANTE terá direito em adquirir a licença de uso da versão executável do novo sistema e atualizar o valor da Manutenção Mensal. Através de uma condição financeira e operacional especial que garanta e preserve os direitos e os investimentos sobre o sistema anterior; esta nova contratação poderá ser através de termo aditivo ao contrato vigente.

**8 – DA MANUTENÇÃO MENSAL**

8.1 – A Manutenção Mensal são os trabalhos realizados na sede da CONTRATADA que se fizerem necessários ao desenvolvimento e ao bom funcionamento do Sistema, excluindo toda e qualquer consultoria, suporte presencial, Acesso Remoto, treinamento e/ou capacitação técnica de pessoal que tenha caráter específico conforme descrito no contrato ou nos aditivos.

8.2 – A CONTRATADA proporcionará durante a vigência da Manutenção mensal e da Garantia;

8.3 – O bom funcionamento e obtenção dos resultados para o qual cada Sistema foi desenvolvido;

8.4 – As alterações em cada Sistema, decorrentes de mudanças na legislação, melhorias tecnológicas, otimizações e depurações;

8.5 – As novas versões executáveis de cada Sistema, sem restrições quanto ao uso, de forma que os usuários dos sistemas possam continuar a utilizá-los para consultas e emissão de relatórios referentes aos exercícios anteriores e para inserção de dados e lançamentos, consultas e emissão de relatórios do exercício vigente conforme contrato e aditivos.

8.6 – Os esclarecimentos de todas as dúvidas sobre cada um dos Sistemas, através de qualquer meio de telecomunicação, ficando este custo por conta da CONTRATANTE.

8.7 – Este atendimento estará disponível das 08:00 às 18:00 h, em dias úteis e de segunda à sexta-feira.

8.8 – Todas as tarefas e trabalhos descritos acima serão executados respeitando-se cada EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO e a vigência do contrato de MANUTENÇÃO MENSAL entre as partes. Afinal, são sistemas específicos para gestão pública e devem ser devidamente liberados de acordo com cada exercício (ano) orçamentário. Portanto, anualmente, com o contrato de MANUTENÇÃO MENSAL vigente, cada sistema será atualizado, parametrizado



## CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG “Terra do cientista Vital Brazil”

e liberado para inserção de novos dados, lançamentos e legislações correspondentes ao mesmo exercício de vigência do contrato de MANUTENÇÃO MENSAL.

8.9 – Com o término ou com a rescisão do contrato de MANUTENÇÃO MENSAL, teremos que:

8.9.1 – a versão executável de cada sistema será **MANTIDA** nos computadores e de qualquer um dos meios de backup (cópias de segurança) em poder da CONTRATANTE.

8.9.2 – Será possível efetuar consultas de dados e emissão de relatórios quanto as atividades do (anos) anteriores.

8.9.3 – os DADOS de cada sistema, são da CONTRATANTE e poderão ser exportados conforme condições existentes e vigentes nos contratos e aditivos.

---

### 9 – DA CONSULTORIA E TREINAMENTO

---

9.1 – Consultoria e Treinamento são os serviços técnicos de treinamento, orientação e aperfeiçoamento prestados na sede da CONTRATANTE e da CONTRATADA;

9.2 – Todo e qualquer atendimento efetuado nas instalações da CONTRATANTE e da CONTRATADA pelos técnicos da CONTRATADA, serão registrados através de relatório de visita (02 vias), um para cada dia/técnico(s), devidamente preenchido e assinado pelo técnico e pelo representante da CONTRATANTE, indicando o número de técnico(s), o total de Horas-trabalhadas.

9.3 – Os comparecimentos dos técnicos às instalações da CONTRATANTE serão requisitados e agendados com antecedência, salvo caso de urgência.

9.4 – Os comparecimentos nas instalações da CONTRATADA dos funcionários da CONTRATANTE serão requisitados e agendados com antecedência, salvo em caso de urgência.

9.5 – Deverá o técnico se fazer acompanhar de pessoa habilitada ou responsável, devidamente indicado pela CONTRATANTE.

9.6 – A CONTRATADA se compromete a manter, sempre à disposição da CONTRATANTE, técnico apto a prestar toda e qualquer assistência sobre cada Sistema.

9.7 – A CONTRATANTE compromete-se a colocar à disposição dos técnicos da CONTRATADA, em cada atendimento, todos os funcionários, equipamentos, programas, arquivos e informações que se tornarem necessárias.

9.8 – Em cada atendimento, as despesas com o técnico da CONTRATADA, serão cobradas nas HORAS DE CONSULTORIA.

9.9 – A CONTRATANTE, nos atendimentos técnicos de maneira geral, poderá ser atendido pela Produtora ou Revenda/Contratada ou pelo Suporte Técnico Regional credenciado, Independentemente de quem faça o atendimento, as responsabilidades por toda e qualquer atividade no CLIENTE/CONTRATANTE serão sempre da CONTRATADA, com base no artigo 72 da Lei 8666/93.

---

### 10 – DAS RESTRIÇÕES AO USO DO SISTEMA

---



CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG  
“Terra do cientista Vital Brazil”

10.1 – A CONTRATANTE não poderá sem autorização por escrito da CONTRATADA:

- 10.1.1 – Vender, alugar, emprestar ou ceder os itens que compõem cada Sistema, a terceiros seja pessoa física ou jurídica;
- 10.1.2 – Fazer mal uso de qualquer Sistema, ou seja, copiar, alterar, descompilar, decompor ou fazer engenharia reversa;
- 10.1.3 – Utilizar o Sistema em outro local que não seja o da instalação definida inicialmente, sem prévio conhecimento da CONTRATADA.

---

**11 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE USO DO SISTEMA**

---

11.1 – Qualquer mudança de endereço e/ou troca de equipamento onde estiver instalado o Sistema, deverá ser comunicada à CONTRATADA por escrito e antes de ser realizada.

11.2 – A CONTRATANTE deverá fazer regularmente, cópias (backup) de cada Sistema e dos seus dados, para sua segurança e guarda contra acidentes.

11.3 – Implementações solicitadas pela CONTRATANTE, que descaracterizem o projeto inicial, terão seus preços calculados de acordo com o serviço a ser efetuado, mediante aprovação de orçamento prévio.

11.4 – A CONTRATANTE é o responsável pelas informações extraídas de cada Sistema e também por quaisquer prejuízos decorrentes da não e/ou má utilização de cada Sistema, seja na forma dolosa ou culposa.

11.5 – A CONTRATADA é responsável por cada Sistema, nos termos do título 4 (quatro).

---

**12 – DA GARANTIA**

---

12.1 – Se ocorrer uma ou mais das ocorrências (falência, mudança de ramo, extinção e outras negociações societárias, entre elas as previstas no Artigo 78 – VI da Lei 8666/93) com a PRODUTORA e/ou com a CONTRATADA que afete a continuidade das operações da CONTRATANTE, através do uso dos Sistemas constantes deste contrato será solucionada através da aplicação de uma das opções abaixo, conforme Artigo 72 da Lei 8666/93, e sempre de comum acordo entre as partes, bem como, aquela que for mais adequada, pertinente e compatível com a ocorrência:

12.1.1 – Manter os mesmos sistemas e trocar a CONTRATADA;

12.1.2 – Trocar os sistemas PRODUTORA e manter a CONTRATADA;

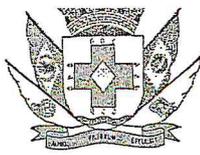
12.1.3 – Trocar os sistemas PRODUTORA e a CONTRATADA;

12.1.4 – Liberar os programas e documentação fonte dos sistemas para a CONTRATANTE.

12.2 – Num prazo máximo de 90 (noventa) dias da comunicação formal da ocorrência a CONTRATANTE, as partes sempre buscarão o melhor a ser feito para não interromper as operações da CONTRATANTE. O que ficar decidido será formalizado, entre as partes, via Termo Aditivo ou novo Contrato em substituição ao vigente. Sendo que os procedimentos da licitação e da contratação, até então aplicados e vigentes, serão mantidos na solução adotada, seja ela qual for.

22 FEV. 2018

BANCO DO BRASIL



## CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG “Terra do cientista Vital Brazil”

12.3 – Cada Sistema objeto deste contrato, nos termos do item V, está garantido por 90 (noventa) dias, contados da data da entrega do Sistema, contra defeitos do Sistema, de acordo com os arts. 12, 18, 19 e 26 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### 13 – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

13.1 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 14 – DAS RENOVAÇÕES, DAS ALTERAÇÕES, DAS SUSPENSÕES E DA RESCISÃO

14.1 – A Renovação será através de termos aditivos, comprovadamente entregues com 30 (trinta) dias de antecedência do término de cada período vigente.

14.2 – A Suspensão e a Reativação das atividades elencadas nos títulos 7, 8 e 9 poderão ser comunicadas por escrito, comprovadamente entregues pela CONTRATANTE, com 30 (trinta) dias de antecedência.

14.3 – A Suspensão somente se efetivará se a CONTRATANTE não estiver em dia com os pagamentos. A Reativação somente se efetivará se a CONTRATANTE pagar a taxa de Reativação (quantidade de meses de suspensão x o valor atual da Manutenção Mensal).

14.4 – A Rescisão Contratual poderá ser:

14.4.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da ADMINISTRAÇÃO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4.2 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.5 – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

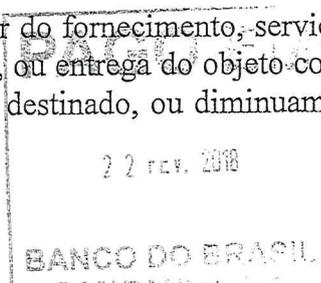
14.6 – A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da Administração, em caso de Rescisão Administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

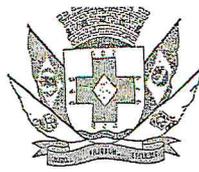
### 15 – DAS PENALIDADES

15.1 – Sem prejuízos das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa.

15.2 – 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida.

15.3 – 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor, ou, ainda, fora das especificações contratadas.





## CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG “Terra do cientista Vital Brazil”

15.4 – 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de rescisão do contrato motivada pela licitante vencedora.

15.5 – Aplicadas às multas, a ADMINISTRAÇÃO descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA, após a sua imposição.

15.6 – A multa prevista nestas Cláusulas não tem caráter compensatório, porém moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exige a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à ADMINISTRAÇÃO.

15.7 – Enquanto a CONTRATADA não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a ADMINISTRAÇÃO reterá seus pagamentos.

### 16 – DOS ASPECTOS FISCAIS, FINANCEIROS E TRABALHISTAS

16.1 – Os valores citados no título 4 (quatro) serão reajustados em conformidade com a Database, a Moeda, o Índice de reajuste do IPC-GV e a Frequência dos trabalhos, tudo em comum acordo entre as partes. Caso o Índice e a Moeda seja(m) extinto(s), outro índice e outra moeda o(s) substituirá de comum acordo entre as partes.

16.2 – Toda e qualquer cobrança dos serviços efetuados pela CONTRATADA será faturada conforme item 4.1 e será sempre através de Nota Fiscal, onde estarão discriminados os serviços.

16.3 – Os impostos e taxas incidentes sobre cada operação fiscal, vigentes na data de cada faturamento, já estão incluídos nos valores do item 4 e serão destacados em cada Nota Fiscal. O recolhimento dos encargos fiscais será feito em conformidade com a legislação específica.

16.4 – O não pagamento, na data de cada vencimento, implicará na correção do valor faturado, a partir do seu vencimento. A taxa a ser aplicada será de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia a partir de cada vencimento. A correção calculada será faturada no mês seguinte.

16.5 – Se o atraso no pagamento de qualquer nota fiscal de serviços ultrapassar 90 (noventa) dias do vencimento, a CONTRATADA fica autorizada a suspender os serviços contratados, até a efetiva regularização de todos os débitos vencidos, devidamente corrigidos, conforme inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

16.6 – É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, o recolhimento de todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário e comercial decorrente da execução deste contrato, de acordo com o art.71 da Lei 8.666/93 e suas complementações.

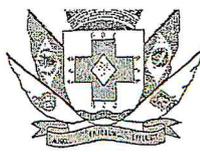
### 17 – DA FORMA DE FORNECIMENTO E DOS PRAZOS DE ENTREGA E RECEBIMENTO

17.1 – O fornecimento do objeto se dará de forma parcelada, conforme Autorização de Fornecimento a ser emitida pelo setor competente, não obrigando a aquisição da totalidade dos sistemas licitados.

17.2 – A CONTRATANTE poderá requisitar, ativar e/ou inativar, durante a vigência do contrato, os sistemas/módulos, por área da Câmara Municipal, no momento necessário para

22 out. 2018

BANCO DO BRASIL



## CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG “Terra do cientista Vital Brazil”

cada uma, em função da disponibilidade financeira e da infraestrutura de informática, bem como da conveniência e interesse da Câmara.

17.3 – Após o recebimento da Solicitação de Serviços, a entrega dos serviços deverá ser no prazo de até 05 (cinco) dias.

17.4 – O objeto deste contrato será recebido nos termos do art. 73, inciso I e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que plenamente de acordo com as especificações constantes neste Edital e seu Anexo I – Termo de Referência."

### **18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 – Cada Sistema possibilita, a qualquer instante, gerar os arquivos básicos do Sistema no padrão TXT e/ou outro padrão (que permite sua leitura por qualquer outro programa/sistema operacional) e/ou a descrição (lay out) dos arquivos básicos e seus campos básicos (que permite sua interpretação por qualquer profissional habilitado), devendo este material ser usado respeitando-se as restrições dos itens 10 (dez) e 11 (onze) deste contrato, e para fins de migração para outro sistema.

18.2 – Este contrato é regido por estas cláusulas e pela legislação específica, entre elas as Leis: 5.988 de 14/12/73 (Regula os Direitos Autorais), 8.248 de 23/10/91 (Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação), 7.232 de 29/10/84 (Dispõe sobre a Política Nacional de Informática), 9.609 de 19/02/1998 (Lei do Software), 8.078 de 11/09/90, o decreto 96.036 de 12/05/88, Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF) e a Lei 8.666 de 21/06/93 e suas complementações.

18.3 – A proposta apresentada na licitação, detalhando cada Sistema, os serviços, os valores e as condições de pagamento, torna-se parte integrante deste contrato.

18.4 – Nos casos omissos, conflitantes ou não previstos neste contrato serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes.

18.5 – A CONTRATADA compromete-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação para prestação de serviços especializados.

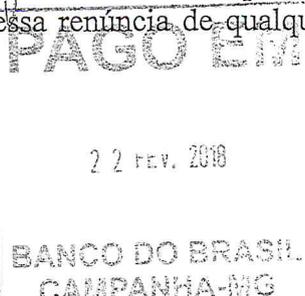
18.6 – A CONTRATADA obriga-se a disponibilizar equipe de funcionários em número necessário para execução do objeto.

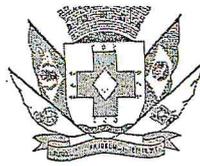
### **19 – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO**

19.1 – Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado através de Aditivo Contratual, podendo ser prorrogado até perfazer o máximo estabelecido pela Lei 8.666/93.

### **20 – DO FORO**

20.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Campanha/MG para dirimir as questões decorrentes deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG  
“Terra do cientista Vital Brazil”

Assim, por estarem justos e contratados, na melhor forma do direito, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Campanha – MG, 19 de Dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPANHA  
**Leandro Prock Valério**  
Presidente

DIRETRIZ INFORMÁTICA EIRELI  
**Ludmár Sant'Anna de Paiva**  
Representante legal

Testemunhas:

Silvana Aparecida Domingues Arantes  
RG. M-7.798.470  
CPF. 973.575.966-72

Nome: **Dayse L. F. Jacomeli - Jacomeli**  
RG M. 5.753.905 SSP/MG  
CPF 685.195.086.34





Prefeitura Municipal de Varginha

Secretaria Municipal da Fazenda

Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-e

RPS no. 22.141 Série: NFS, Emitido em: 01/02/2018

Número da Nota  
15.393/NFE

Data e Hora de Emissão  
01/02/2018 09:52:59

Código de Verificação  
9ECDAC9AB44AED3B83D4

Página 2 / 2

Outras Informações

- Esta NF-e substitui o RPS 22.141 Série NFS.
- Data de vencimento do ISS desta Nf-e: 15/03/2018.
- Valor aproximado de Tributos: Municipal: 78,00 (3,00%)

Recebi(emos) de DIRETRIZ INFORMÁTICA EIRELI  
os serviços constantes na Nota Fiscal Eletrônica ao lado.

/ /

Data

Identificação do Recebedor

Dados que identificam a nota

Número da Nota  
15.393/NFE

Emissão  
01/02/2018 09:52:59

Código de verificação  
9ECDAC9AB44AED3B83D4



22/02/2018 - BANCO DO BRASIL - 14:51:24  
171101711 0003

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: CAMARA MUNICIPAL DA CAMPA  
AGENCIA: 1711-6 CONTA: 16.322-8  
=====

BANCO DO BRASIL

-----  
00190000090280046600100004887170374300000256100

BENEFICIARIO:

DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI

NOME FANTASIA:

DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 22.493.902/0001-40

PAGADOR:

CAM. CAMPANHA - MG

CNPJ: 03.644.213/0001-44  
-----

NR. DOCUMENTO 22.203

NOSSO NUMERO 28004660000004887

CONVENIO 02800466

DATA DE VENCIMENTO 09/02/2018

DATA DO PAGAMENTO 22/02/2018

VALOR DO DOCUMENTO 2.561,00

VALOR COBRADO 2.561,00  
=====

NR. AUTENTICACAO 3.10F.B96.9F2.375.6A4





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI**  
**CNPJ: 22.493.902/0001-40**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:29:22 do dia 27/10/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/04/2018.

Código de controle da certidão: **CB59.89A2.1D91.65B2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>22.493.902/0001-40</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>04/11/1986</b>
NOME EMPRESARIAL <b>DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>DIRETRIZ CONSULTORIA &amp; SISTEMAS</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação</b> <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b> <b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b> <b>82.19-9-01 - Fotocópias</b> <b>85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári</b>			
LOGRADOURO <b>R SALOME LEITE ALVARENGA</b>	NÚMERO <b>86</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>37.026-480</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VILA VERONICA</b>	MUNICÍPIO <b>VARGINHA</b>	UF <b>MG</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>DIRETRIZ@DIRETRIZ.NET</b>	TELEFONE <b>(35) 2105-3105</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>31/12/2004</b>		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27 nov. 2018</b>			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/03/2018** às **08:50:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 22.493.902/0001-40  
NOME EMPRESARIAL: DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI  
CAPITAL SOCIAL: R\$ 1.047.549,77 (Hum milhão, quarenta e sete mil e quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LUDMAR SANT ANNA DE PAIVA
Qualificação:	65-Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 06/03/2018 às 08:51 (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 06/03/2018





## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 22493902/0001-40  
**Razão Social:** DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI  
**Nome Fantasia:** DIRETRIZ CONSULTORIA E SISTEMAS  
**Endereço:** R SALOME LEITE ALVARENGA 86 / VILA VERONICA /  
VARGINHA / MG / 37026-480

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/02/2018 a 19/03/2018

**Certificação Número:** 2018021802011561807235

Informação obtida em 06/03/2018, às 08:41:51.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 22.493.902/0001-40

Certidão nº: 145635887/2018

Expedição: 06/03/2018, às 08:32:14

Validade: 01/09/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.493.902/0001-40**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

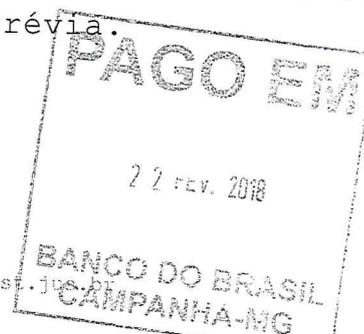
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

**Negativa**

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
06/03/2018

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
04/06/2018

NOME: DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI

CNPJ/CPF: 22.493.902/0001-40

LOGRADOURO: SALOME LEITE ALVARENGA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: VILA VERONICA

CEP: 37026480

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: VARGINHA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2018000255956499



Beneficiário <b>DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI</b> Rua Salomé Leite Alvarenga VARGINHA				CNPJ 22.493.902/0001-40 86 MG 37026-480	VENCIMENTO 09/02/2018
Pagador/Avalista					Agência/Código Cedente 0032-9/055946-6
					Nosso Número 2800466000004887
					(=) Valor do Documento 2.561,00
Data do Documento 01/02/2018	Nr. do Documento 22141E-1	Espécie Doc. DM	Aceite N	Data do Processamento 01/02/2018	(=) Valor Cobrado
CNPJ do Cedente 22.493.902/0001-40	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	Valor	
(-) Descontos/Abatimentos 0,00	(-) Outras Deduções	(-) Mora/Multa	(-) Outros Acréscim		

Instruções (Texto de responsabilidade de cedente)

**NÃO COBRAR MULTAS E JUROS.**

**NÃO RECEBER APÓS: 28/02/2018**

Esta Quitação terá validade após o pagamento do cheque nro.:

Autenticação Mecânica

**BANCO DO BRASIL** | 001-9 | 00190.00009 02800.466001 00004.887170 3 74300000256100

Local de Pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento.				VENCIMENTO 09/02/2018
Beneficiário <b>DIRETRIZ INFORMATICA EIRELI</b> Rua Salomé Leite Alvarenga VARGINHA				Agência/Código do Cedente 0032-9/055946-6
CNPJ 22.493.902/0001-40				Nosso Número 2800466000004887
Data do Documento 01/02/2018	Nr. do Documento 22141E-1	Espécie Doc. DM	Aceite N	Data do Processamento 01/02/2018
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	Valor
Instruções (Todas as informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente)				(=) Valor do Documento 2.561,00
<b>NÃO COBRAR JUROS E MULTAS.</b>				(-) Desconto/Abatimento 0,00
<b>NÃO RECEBER APÓS: 28/02/2018</b>				(-) Outras deduções
				(+) Mora/Multa
				(+) Outros acréscimos
				(=) Valor Cobrado
Pagador: CAM. CAMPANHA - MG RUA PADRE NATUZZI CAMPANHA				<b>BANCO DO BRASIL</b> MG 37400-000 03.644.213/0001-44

**PAGO EM**

22 FEV. 2018

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

